

SUMÁRIO

PREFÁCIO	17
CAPÍTULO I	
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO II	
A PUNIÇÃO E SEUS FUNDAMENTOS	27
2.1. As razões da intervenção punitiva.....	27
2.2. A Pena	32
2.2.1. Breve Análise Histórica da Pena.....	32
2.2.1.1. A Pena e seus Primórdios.....	32
2.2.1.2. A Pena e a Antiguidade	34
2.2.1.3. A Pena e o Período Medieval.....	35
2.2.1.4. A Pena e a Época Moderna	36
2.2.1.5. A Pena e a Época Contemporânea	38
2.3. As teorias da pena	43
2.3.1. Teorias Absolutas ou Retribucionistas	44
2.3.2. Teorias Prevencionistas ou Relativas	47
2.3.3. Teorias Mistas ou Ecléticas	51
2.4. A pena privativa de liberdade.....	53
2.4.1. Considerações Históricas	53
2.4.2. A Crise da Pena de Prisão e Sua Disfunção	56
CAPÍTULO III	
O CONSTITUCIONALISMO E O SISTEMA PUNITIVO	63
3.1. A legitimidade penal no estado constitucional democrático de direito.....	63
3.2. O paradigma do princípio da dignidade da pessoa humana.....	72
3.3. Direito de punir, defesa social e respeito às garantias fundamentais.....	76
CAPÍTULO IV	
ALTERNATIVAS PENAIS À PRISÃO	99
4.1. Das alternativas penais no cenário internacional	99
4.2. As alternativas penais no Sistema Jurídico Brasileiro	106
4.3. As Penas Restritivas de direito no Brasil	111
4.3.1. Da Pena de Perda de Bens e Valores.....	111
4.3.2. Da Pena de Limitação de Fim de Semana.....	113
4.3.3. Da Pena de Interdição Temporária de Direitos	115
4.3.4. Da Pena de Multa Substitutiva.....	121

4.3.5. Das Penas de Prestação Pecuniária e da Prestação de Outra Natureza	125
4.3.6. Da Pena de Prestação de Serviço à Comunidade ou a Entidades Públicas	131
4.4. Das hipóteses e forma de aplicação e da conversão em prisão	144
4.5. A trajetória da Central Nacional de Penas e medidas alternativas do Ministério da Justiça	151

CAPÍTULO V

LEGITIMIDADE E ADEQUAÇÃO DAS ALTERNATIVAS PENAIS	161
5.1. Da análise da legitimidade das alternativas penais	161
5.1.1. O Respeito à Dignidade da Pessoa Humana	162
5.1.2. Alternativas Penais e Intervenção Penal Mínima	163
5.1.3. Alternativas Penais e Infrações de Menor e Médio Potencial Ofensivo ..	168
5.2. Da análise da adequação das alternativas penais	171
5.2.1. O Sistema das CEAPAS	178
5.2.2. Alternativas Penais e Reincidência Criminal	191
5.2.3. Alternativas Penais e Descumprimento da Pena	196
5.2.4. Alternativas Penais e Custo Financeiro da Pena	199
5.2.5. Alternativas Penais e Reinserção Social	203
5.3. As alternativas penais como regra e a prisão como exceção	215

CAPÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
-----------------------------------	------------

ANEXOS	225
---------------------	------------

REFERÊNCIAS	251
--------------------------	------------